



Governo libera 100% do orçamento para o seguro rural

Segunda instância condena Lula a 17 anos de prisão em caso de sítio

Página 4

Salles cobrará de países ricos compensação por preservação ambiental

Página 4

Chile segue com jornadas violentas e Piñera faz reunião de emergência

O presidente do Chile Sebastián Piñera fez na quarta-feira (27) uma reunião de emergência na tentativa de frear ondas violentas que algumas cidades do país têm vivido, principalmente a capital, Santiago. Piñera pediu ao parlamento que aprove iniciativas para reprimir atos de vandalismo e fortalecer a polícia.

Os projetos fazem parte da chamada "agenda de segurança". Na terça-feira (26) foi de mais uma jornada de violência no Chile, com barricadas, incêndios, saques de lojas e bloqueios de estradas.

O presidente disse que "ontem o país viveu mais um triste dia de destruição, que causou angústia e medo aos chilenos".

Além da capital, Santiago, as cidades de Tarapacá, Valparaíso e Biobío também registraram manifestações violentas ontem, com ônibus e supermercados incendiados e lojas saqueadas. Segundo o governo chileno, os carabineros, a polícia chilena, trabalhou durante todo o dia na tentativa de restabelecer a ordem pública.

Situação extremamente crítica

O ministro da Defesa do Chile, Alberto Espina, afirmou que a onda de violência que o país enfrenta há 40 dias é extremamente crítica e que deixou os "policiais absolutamente sobrecarregados e exaustos".

Espina disse ainda que "os grupos anarquistas coordenados agem de maneira sistemática em conjunto com grupos de narcotraficantes" e que "isso pode acabar de uma maneira extraordinariamente séria para o país, se a sociedade civil, ao perceber que o Estado não é capaz de proteger seus direitos, decidir sair em legítima defesa. Isso ninguém quer, porque significa que o Estado de Direito está profundamente enfraquecido".

Página 3

Previsão do Tempo

Quinta: Chuvoso
durante o dia e à noite.



Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 4,25
Venda: 4,25

Turismo
Compra: 4,09
Venda: 4,43

EURO

Compra: 4,68
Venda: 4,68

Unicef: mortalidade infantil tem redução histórica no Brasil



Foto: TV Brasil

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) promoveu na quarta-feira (27) sessão, na Assembleia Legislativa de São Paulo, para marcar os 30 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança. O órgão produziu um relatório que confere ao Brasil reconhecimento por ter melhorado, ao longo dos anos, índices como o da mortalidade, do trabalho in-

fantil, além da exclusão escolar. Conforme o Unicef, de 1990 a 2017 registrou-se "redução histórica" no total de mortes de crianças menores de um ano de idade. No período, a taxa nacional caiu de 47,1 para 13,4 a cada 1 mil nascidos vivos. Além disso, entre 1996 e 2017, 827 mil vidas foram salvas.

As ações de mitigação arti-

culadas pelos governos geraram efeitos de âmbito nacional, causando impacto também em São Paulo. No estado, a redução do índice foi de 22,5 para 10,9, de 1996 para 2017, quando 103 mil vidas de bebês foram salvas.

A queda nos índices de cobertura vacinal, adverte o Unicef, tem sido porta de entrada para doenças que eram, até recentemente, consideradas erradicadas, como o sarampo. "Em 2016, a mortalidade infantil subiu pela primeira vez em mais de 20 anos e ainda não voltou aos patamares de 2015, acendendo um sinal de alerta. No total, 42 mil crianças menores de 5 anos ainda morreram por ano no Brasil", informa o fundo da ONU no relatório.

A representante do Unicef no Brasil, Florence Bauer, afirma que o país deve consolidar os avanços já conquistados até agora, voltando a atenção para a primeira infância e a adolescência. Página 4

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) informou na quinta-feira (28) que foi liberada a parcela integral do orçamento previsto, para 2019, do Programa de Subvenção do Seguro Rural (PSR), totalizando R\$ 440 milhões.

Em março deste ano, o orçamento foi contingenciado em R\$ 70 milhões, o que reduziu a disponibilidade inicial para R\$ 370 milhões. No final do mês de outubro, houve o desbloqueio de R\$ 50 milhões,

e agora, foi liberado os R\$ 20 milhões restantes.

De acordo com o ministério, com o orçamento de 2019 será possível atender em torno de 100 mil apólices, 58% a mais que no ano anterior. Para o diretor do Departamento de Gestão de Riscos da Secretaria de Política Agrícola do Mapa, Pedro Loyola, o governo federal tem dado sinais consistentes de que o seguro rural será um dos principais instrumentos da política agrícola nos próximos anos. Página 3

Procon-SP envia recomendações a fornecedores participantes da Black Friday

Página 2

Apesar de intervenção do BC, dólar volta a subir e encosta em R\$ 4,26

Apesar da atuação do Banco Central (BC), o dólar voltou a subir e fechou na quarta-feira (27) em nível recorde. A moeda norte-americana encerrou o dia vendida a R\$ 4,259, com alta de R\$ 0,019 (0,44%). Essa é a maior cotação de fechamento desde a criação do real em valores nominais, sem considerar a inflação.

O mercado de câmbio teve um dia tenso. No início da tarde, o dólar encostou em R\$ 4,27, o que levou o BC a fazer um leilão de venda direta de dólares das reservas internacionais. A autoridade monetária não divulgou o quanto foi vendido, apenas que o leilão envolvia a venda de pelo menos US\$ 1 bilhão.

Com o resultado desta quarta-feira, o dólar acumula alta de 6,22% em novembro. Nas últimas semanas, o dólar tem subido em meio a questões políticas no Brasil e à continuidade das tensões comerciais entre Estados Unidos e China.

Ibovespa

No mercado de ações, o dia foi marcado por uma discreta recuperação. O índice Ibovespa, da B3 (antiga Bolsa de Valores de São Paulo), fechou a quarta-feira (27) aos 107.952 pontos, com alta de 0,83%.

O indicador interrompeu uma sequência de dois dias seguidos de queda. (Agência Brasil)

Esporte

Com 178 participantes durante o ano, campeonato da AKSP na reta final

A temporada inaugural da Associação dos Kartistas de São Paulo (AKSP) vai chegando ao fim. Daqui a uma semana, a partir das 21 horas do dia 5 de dezembro (quinta-feira), será realizada no Kartódromo de Interlagos (São Paulo/SP) a última etapa do campeonato que começou em fevereiro, e que apontará entre os 178 pilotos que disputaram pelo menos uma das 10 etapas os seus campeões. Os líderes do certame da AKSP são Rogério Cebola, na categoria Light, e Eduardo Abrantes, na Graduados e Sênior.

O campeonato da AKSP é composto de 10 provas, divididas em três turnos. O

primeiro turno foi composto pela 1ª, 3ª, 5ª e 7ª etapas, com um descarte do pior resultado. Os campeões foram Edu Abrantes (Graduados), Paulo Sant'Anna (Sênior) e Rogério Cebola (Light). O segundo turno contemplou a 2ª, 4ª, 6ª e 8ª etapas, também com um descarte, e consagrou Galvane Ruivo (Graduados), Abrantes (Sênior) e Cebola (Light). O terceiro e último turno não tem descarte e considera a 9ª e 10ª etapas, e por enquanto tem a liderança de Edu Abrantes (Graduados) e Fábio Laranjo (Graduados), Union Lee (Sênior), e Rogério Cebola (Light), justamente os vencedores da penúltima rodada. Os campeões gerais serão os que tiverem



AKSP tem ajudado a desenvolver as habilidades de novos pilotos

mais pontos com a somatória de pontos líquidos dos três turnos. Os pilotos das três catego-

rias da AKSP que se consagraram campeões na pontuação geral após a última etapa irão usufruir da maior premiação de um certame de Rental Kart em 2019, concedido pela Associação de Kart Amador de São Paulo (AKASP). Eles participarão sem nenhuma despesa de uma prova de F-4.

O campeonato de F-4 da Akasp é disputado integralmente no Kartódromo Granja Vianna, em Cotia (SP), com 40 provas por temporada, dividido em cinco turnos de oito etapas, com chassi Mega próprio dos pilotos e motores Honda GSX de 18 hp preparados e sorteados. Normalmente são provas semanais, sempre quarta-feira à noite.

Contato: aksp.contato@gmail.com

Ponta Grossa e Sesi-SP se enfrentam nesta quinta-feira

Ponta Grossa (PR) e Sesi-SP se enfrentam nesta quinta-feira (28.11) em partida atrasada e válida pela primeira rodada da Superliga masculina de vôlei 19/20. O duelo entre os times paranaense e paulista será às 19h, na Arena Multiuso, em Ponta Grossa (PR), e terá transmissão ao vivo do pay-per-view do Canal Vôlei Brasil (http://canalvoleibrasil.cbv.com.br).

De volta à Superliga na

vaga deixada em aberto pelo Botafogo (RJ), que desistiu da participação, o Ponta Grossa se reestruturou às vésperas do início da competição e, por isso, teve sua primeira partida adiada. Com um grupo jovem para trabalhar, o técnico Fábio Sampaio demonstra preocupação com o adversário desta quinta-feira.

"O Sesi-SP com certeza é uma das equipes que deve estar entre as quatro finalistas da competição e que vai brigar pelo título. Vai ser um jogo

para uma equipe igual o Ponta Grossa Vôlei que é franco atirador na Superliga", explicou Sampaio, que complementou.

"A responsabilidade não é tanto nossa. O favoritismo é deles. Evidente que estamos estudando o adversário e nos dedicando. Nosso objetivo é seguir dando corpo, engrenagem e a bagagem necessária para que a equipe continue a pontuar na Superliga", complementou o técnico do Pon-

ta Grossa.

O técnico do Sesi-SP, Rubinho, fez questão de elogiar o adversário. "Temos um histórico de bons jogos, eles têm um bom volume defensivo e vão estar jogando em casa. Vimos que o time deles fez um jogo duro contra o Pacaembu/Ribeirão Preto, com o placar apertado, e temos que estar atentos", disse o treinador.

Rubinho ainda chamou atenção para a importância do foco no seu próprio time. "Mas, tam-

bém estamos bastante atentos a nossa equipe, que tem que continuar jogando com muito foco e buscando o melhor resultado. Precisamos continuar crescendo no ataque e contra-ataque", concluiu o técnico do Sesi-SP.

Nos outros jogos da primeira rodada, vitórias para Sada Cruzeiro (MG), Sesc RJ, Vôlei UM Itapetininga (SP), Denik Academy Maringá Vôlei (PR) e EMS Taubaté Funvic (SP).

Fapesp firma acordo de colaboração com instituição francesa de Ensino



CESAR NETO
www.cesarneto.com

MÍDIAS
A coluna (diária) de política do jornalista Cesar Neto vem sendo publicada desde 1993. Na Imprensa, pelo jornal "O DIA" (3º mais antigo dos diários em São Paulo - SP). Na Internet desde 1996, www.cesarneto.com foi um dos sites pioneiros no Brasil. No Twitter, pela conta @CesarNetoReal

CÂMARA (SP)
O Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo pode eleger pela 1ª vez - um oficial pra ser vereador no maior e mais importante Parlamento municipal do Brasil. Como a Casa literalmente 'pega fogo' quase todo dia, o eleito vai se sentir mais que na sua atual casa

PREFEITURA (SP)
Bruno Covas tá em tratamento espiritual à distância por gente que não tem a vaidade de aparecer. O tratamento (quimioterapia) de um câncer é muito importante; mas não é mais importante que as novas posturas espirituais que podem salvá-lo e até reelegê-lo

ASSEMBLEIA (SP)
Corpo do comunicador Gugu Liberato começa a ser velado hoje no Palácio 9 de Julho. Gugu começou a carreira na tv 'S' hoje SBT do Sílvio Santos. Vale lembrar que seu mestre não conseguiu disputar a eleição Presidencial 1989 e depois a prefeitura paulistana 1992

GOVERNO (SP)
A nova logomarca do PSDB de João Dória usa metade do lozango amarelo da bandeira nacional como bico estilizado do tucano e a esfera azul com a faixa branca "Ordem e Progresso" formando um olho da ave. Os slogans são "Pelo Brasil" e ainda "Quebrando o Muro"

CONGRESSO (BR)
Agora que o ex-Presidente (ainda dono do PT) teve mais uma condenação (1ª instância - caso do sítio em Atibaia - SP) confirmada pelo Tribunal Regional Federal (4), alguns senadores e deputados federais têm sua senha pra prosseguirem por prisão já em 2ª Instância

PRESIDÊNCIA (BR)
Jair Bolsonaro vai enfrentando sua mais importante guerra diária. O cargo de Presidente da República do Brasil não só é um dos mais difíceis em todo o mundo, como obriga interferir em quase tudo, inclusive fundar e comandar um partido, como fez Vargas em 1945

PARTIDOS (BR)
No PSL que nunca deixou de ser do deputado federal (PE) Bivar (apenas foi arrastado à família Bolsonaro pras eleições 2018), juntaram-se deputados federais com Joice Hasselmann (deputada por São Paulo) e com o major Olímpio (senador por São Paulo) pra expulsar o filho do Presidente Bolsonaro ...

POLÍTICOS (BR)
... - deputado federal Eduardo; mais votado da história do Brasil (da presidência do partido no Estado de São Paulo). Enquanto a Justiça Eleitoral (TSE) não definir como o partido da família "Aliança Pelo Brasil" será registrado (e em quanto tempo), os ex-alinhados vão negociar as eleições municipais 2020

EDITOR
A coluna (diária) de política do cronista e jornalista Cesar Neto foi se tornando um referencial da liberdade possível. Recebeu a "Medalha Anchieta" na Câmara Municipal de São Paulo e o "Colar de Honra ao Mérito" na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. EMAIL cesar@cesarneto.com

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo
Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Radiobrás - Agência Brasil

Publicidade Legal
Balancos, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,00

Jornalista Responsável
Mária Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

E-mail: jornalodiasp@terra.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Na segunda-feira (25), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) assinou, em Paris, um acordo para a colaboração em pesquisa com a Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS), instituição francesa de Ensino Superior.

O anúncio ocorreu durante a Fapesp Week France, simpósio internacional realizado entre 21 e 27 de novembro nas universidades de Jean Moulin Lyon 3 e Paris Diderot. O documento destaca o compromisso das duas instituições em promover a implementação de projetos conjun-

tos de pesquisa, organização de e atividades de intercâmbio que ajudem a preparar a base para colaboração científica.

"A Fapesp já tem 170 projetos em colaboração com a EHESS. A intenção é que, com o acordo, a parceria cresça ainda mais. Compreendo que a Escola seja uma espécie de hub para pesquisadores interessados em estudar o Brasil", afirmou o presidente da Fundação, Marco Antonio Zago, no momento da assinatura do acordo.

res e estudantes de todo o mundo e tem o objetivo de entender as sociedades em sua complexidade. A instituição tem um modelo único no campo universitário francês por seu projeto intelectual, bem como o modo de treinamento em pesquisa, raízes internacionais e abertura à sociedade.

"Esse acordo é importante e será muito construtivo para todos. Temos muitos brasileiros, brasilianistas e brasileiros brasileiros aqui na Escola", disse Christophe Prochasson, reitor da EHESS, durante a assinatura do acordo de

colaboração.

"É uma alegria poder celebrar esse acordo e trabalhar com a Fapesp para o desenvolvimento, aprofundamento e enriquecimento do conhecimento em ciências sociais nos dois países", destacou a Agência Fapesp Antonella Romano, pró-reitora de Estudos da EHESS e responsável pela área de Relações Internacionais da instituição.

O simpósio Fapesp Week France é realizado graças a uma parceria entre a Fundação e as universidades de Lyon e de Paris, ambas da França.

Aprofundamento
A EHESS reúne pesquisado-

Univesp lança Programa de Especialização com oferta de bolsas de estudo

A Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp) lançou, na quarta-feira (27), o Programa de Especialização "Desenvolvimento de Soluções Inovadoras para a Educação a Distância". A iniciativa é destinada a titulados em pós-graduação (mestres e doutores) e tem duração de 40 horas semanais, sendo quatro dedicadas ao estudo teórico e 36 à realização de atividades práticas, na sede da instituição, na capital.

Serão oferecidos dois tipos de bolsas, durante a atuação de 24 meses: os TT4 - A recebem bolsas de R\$ 5.087,20 e os TT5, de R\$ 7.372,00. As inscrições seguem até 12 de dezembro e devem ser realizadas pela internet.

As normas operacionais para o ingresso e mais informações também podem ser acessadas pelo site da Univesp. De acordo com a diretora acadêmica da universidade, Simone Telles, a ação promove uma formação sólida em temáticas e conteúdos de gestão administrativa e pedagógica voltadas à educação a distância (EaD).

"Vamos unir esforços de vários pesquisadores e explorar tecnologias de informação para criar soluções inovadoras, que contribuam para a produção e difusão de conhecimentos relacionados aos cursos virtuais",

salienta a professora.

Áreas
O programa selecionará mestres e doutores, nas áreas de Administração e Economia; Educação; Ciência da Computação; Matemática, Estatística e Física; Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção e Engenharia Elétrica; Linguística, Letras e Artes.

Segundo o presidente da Univesp, Rodolfo Azevedo, a ação propiciará aos participantes a capacidade de gerenciar formas de comunicação no ambiente virtual de aprendizagem, além de diferenciar tipos de feedback que promovem um aprendizado qualitativo. "Os integrantes terão vivência e habilidades críticas-reflexivas para docência em EaD, por meio das atividades que serão propostas no decorrer do curso", explica o docente.

A especialização será composta por seis disciplinas, com duração de três meses cada. São elas: Educação a Distância; Mediação Pedagógica na Educação a Distância; Ensino e Aprendizagem Colaborativos na Educação a Distância; Recursos para Ensino e Aprendizagem na Educação a Distância; Design Didático para EaD e Prática Supervisionada em EaD.

Um fim das disciplinas, os alu-

nos terão o período de seis meses para desenvolver o Trabalho de Conclusão de Curso. O número de vagas estabelecido para cada tipo de bolsa dependerá de disponibilidade orçamentária.

Seleção
O processo de seleção para as bolsas possuirá uma comissão acadêmica por área, que fará a avaliação dos candidatos conforme as informações prestadas no formulário de inscrições.

Cada candidato deverá ser avaliado em dois quesitos: Currículo Vitae: o candidato deverá preencher o formulário com as informações básicas de seu currículo, que serão pontuadas de acordo com as tabelas do edital. No ato da matrícula, todas as informações preenchidas deverão ser comprovadas por meio de declarações, diplomas, certificados ou demais documentos que atestem as informações declaradas. Caso o candidato não compare, será desclassificado.

Projeto: o candidato deverá apresentar um projeto sobre o tema escolhido, respondendo a uma questão problema relacionada a ele em até 2 mil caracteres, contando espaços. A avaliação do projeto levará em conta: (a) a habilidade para escrever sobre os temas abordados; (b) a

consistência da solução trazida; e (c) inovação e capacidade de resolução de problemas. O projeto apresentado deverá propor uma solução ao cenário-problema da área desejada.

Univesp
Criada em 2012, a Universidade Virtual do Estado de São Paulo é uma instituição exclusivamente de educação a distância, mantida pelo Governo do Estado e vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Destacam-se entre os principais parceiros: o Centro Paula Souza e as universidades USP, Unesp, Unicamp.

A Univesp conta com mais de 31 mil alunos matriculados e está presente em 373 polos, localizados em 316 municípios, mais de 47% do território estadual. São oferecidos os cursos de Tecnologia em Gestão Pública, Engenharias de Produção e Computação, Licenciaturas em Biologia, Química, Física, Matemática, Pedagogia e Letras e os novos, Bacharelado em Tecnologia da Informação e Bacharelado em Ciência de Dados.

Os cursos da instituição são realizados em ambiente virtual, que garante a interação do estudante com o tutor, além de disponibilizar vídeos, bibliotecas digitais e os conteúdos pedagógicos.

Procon-SP envia recomendações a fornecedores participantes da Black Friday

Foram selecionadas 29 empresas com base nas que mais receberam reclamações na Black Friday de 2018 e também setores que apresentaram operações relacionadas ao evento, como sistema financeiro e facultades.

Importante ressaltar que eventual cobrança do valor do frete muito mais alto que o habitual, poderá configurar prática abusiva, bem como a aplicação de falsos descontos, especialmente, quando a empresa afirma que o produto está em promoção, mas na verdade aumentou o preço. As empresas que não cumprirem as recomendações sugeridas serão passíveis de fiscalização.

Com base no Código de Defesa do Consumidor, o Procon recomenda aos fornecedores: Condições da promoção: informe de modo claro e ostensivo todas as condições da promoção, como: produtos participantes, quantidade, informação do valor do frete de forma visível; Desconto: aplique descontos sobre o menor preço dos últimos 60 dias; Produtos: identifique com clareza e exatidão, de forma prévia, os produtos participantes da Black Friday, informando o preço original e o preço promocional e data de entrega; Estoque: disponibilize à venda (com estoque disponível) produtos com o maior percentual de desconto anunciado;

No site: garanta pelo site principal, os descontos efetuados pelos parceiros comerciais, e informe de forma clara que a inclusão do produto no "carrinho ou cesta" virtual não garante a compra; Revendedor: indique de forma ostensiva o nome do fornecedor e os preços praticados, sendo que estes devem estar sempre em destaque e com fácil visualização na página de venda, especialmente se o revendedor for um terceiro ou parceiro comercial; Meios de pagamento: divulgue de forma ampla e antecipada quais os meios de pagamento disponíveis, destacando a inexistên-

cia de determinada modalidade; Possibilidade de entrega: antes da finalização da compra, informe se o CEP do consumidor está dentro da região de entrega; Reserva: reserve o produto em estoque, mediante a confirmação da compra; Código de barras: nas lojas físicas, disponibilize um leitor de código de barras próximo ao produto ofertado; Trocas: antes da finalização da compra, informe o critério sobre a política de troca da empresa; Entrega: observe o cumprimento do prazo de entrega e o direito de arrependimento do cliente, bem como as demais disposições do Código de Defesa do Consumidor.

Motoristas podem obter notas fiscais de pedágios pela internet

Os usuários das rodovias paulistas podem obter documento fiscal da comprovação de pagamento de pedágios pelos sites das concessionárias. O serviço está disponível desde o início deste ano, após publicação de instrução normativa da Receita Federal. O serviço é oferecido por todas as 22 concessionárias que operam no Estado de São Paulo e também pelas concessionárias federais e de outros Estados.

O Documento Fiscal Equivalente (DFE) entregue atualmente nas praças de pedágio já é suficiente para a prestação de contas de despesas. Mas, quem quis

ser o comprovante pela internet, basta acessar o site da concessionária, que disponibilizará um documento equivalente complementar, com informações adicionais como CPF ou CNPJ e o número da placa do veículo. A emissão do documento fiscal estará disponível até sete dias após o pagamento do pedágio em dinheiro ou por sistemas de cobrança automática.

Nada muda em termos tributários, tanto para as concessionárias quanto para o Governo do Estado de São Paulo.

Para a impressão do documento fiscal, siga as seguintes orientações:

Pagamento na cabine
1. Guarde o recibo: ao passar por uma praça de pedágio e pagar sua tarifa na cabine manual, guarde o Documento Fiscal Equivalente;
2. Acesse site da concessionária: Na página da empresa responsável pelo trecho onde viajou, informe os seguintes dados: número do DFE (recibo) de pagamento do pedágio, CPF ou CNPJ e placa do veículo.

Pagamento por cobrança automática

1. Número do TAG: se o pagamento foi feito por cobrança automática, adote o mesmo procedimento digitando no site da concessionária o número do TAG (etiqueta eletrônica) ou da placa do veículo;
2. Documento fiscal: o sistema gerará o documento fiscal que poderá ser impresso pelo usuário.

Vale destacar que o documento fiscal estará disponível online até sete dias para quem fizer o pagamento do pedágio em dinheiro e também para quem utiliza os sistemas de cobrança automática (tags/etiquetas eletrônicas).

Gov. libera 100% do orçamento para o seguro rural

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) informou na quinta-feira (28) que foi liberada a parcela que faltava para execução integral do orçamento previsto, para 2019, do Programa de Subvenção do Seguro Rural (PSR), totalizando R\$ 440 milhões.

Em março deste ano, o orçamento foi contingenciado em R\$ 70 milhões, o que reduziu a disponibilidade inicial para R\$ 370 milhões. No final do mês de outubro, houve o desbloqueio de R\$ 50 milhões, e agora, foi liberado os R\$ 20 milhões restantes.

De acordo com o ministério, com o orçamento de 2019 será possível atender em torno de 100 mil apólices, 58% a mais que no ano anterior. Para o diretor do Departamento de Gestão de Riscos da Secretaria de Política Agrícola do Mapa, Pedro Loyola, o governo federal tem dado sinais consistentes de que o seguro rural será um dos principais instrumentos da política agrícola nos próximos anos.

"A execução de 100% do orçamento previsto na Lei Orçamentária deve ser comemorada por todo o setor, pois isso não

acontecia desde 2013. Isso demonstra o comprometimento com as políticas de gestão de riscos agropecuários", disse. "Para o próximo ano, está previsto o recurso de R\$ 1 bilhão para o PSR, que depende ainda de aprovação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2020, em tramitação no Congresso Nacional", complementa. Esse será o maior montante para subvenção desde a criação do programa, em 2004.

Seguro rural
Com o seguro, o produtor rural adquire uma apólice para a

lavoura/atividade com o auxílio financeiro do governo federal. Em caso de quebra da safra por causa de evento climático adverso (seca ou excesso de chuvas, por exemplo) ou variação de preços, as obrigações financeiras do produtor serão pagas pela seguradora.

Com esse mecanismo, o produtor consegue taxas de juros mais baixas, já que o risco de ficar inadimplente cai. O seguro minimiza ainda as chances de um possível socorro financeiro governamental e renegociação de dívidas após a safra. (Agência Brasil)

Empresários avaliam que licenciamento ambiental é fundamental

Empresários avaliam que o licenciamento ambiental é fundamental para a conservação dos recursos naturais, em consulta da Confederação Nacional da Indústria (CNI) com 583 representantes do setor industrial. A pesquisa mostra que para 95,4% dos executivos o licenciamento é um importante instrumento para a conservação do meio ambiente, e que 65,5% dos entrevistados não veem o licenciamento apenas como mais uma forma de arrecadação pelo Estado. Para 84% dos empresários, o licenciamento contribui para a melhoria da gestão ambiental de suas empresas.

O levantamento mostra ainda que 55,2% dos entrevistados

apontam que o atual modelo de obtenção de licenças ambientais não atinge seu objetivo de garantir a conservação.

Os dados foram apresentados no evento Oportunidades e Desafios para o Licenciamento Ambiental, realizado pela CNI hoje (27), em Brasília.

Segundo a CNI, os entrevistados apontam que o excesso de burocracia, a demora na análise e na manifestação de órgãos envolvidos e a falta de clareza sobre as informações repassadas pelo órgão licenciador são desafios do atual processo de licenciamento que prejudicam os negócios.

"Tudo isso acaba por impactar em custos com taxas, contra-

tação de técnicos, de consultoria jurídica e para elaboração de estudos e monitoramento. Dos entrevistados, 86,3% concordam totalmente ou parcialmente que esses custos são elevados", diz o relatório.

Em média, os entrevistados disseram que gastam 3% do valor da obra com o processo de licenciamento ambiental. No entanto, um quinto dos empresários revelaram ter gastos superiores a 5% do valor total do empreendimento.

Agilidade
Para a CNI, tornar o licenciamento ambiental mais ágil com melhoria da qualidade técnica das análises é possível e funda-

mental para a melhoria do ambiente de negócios. A CNI informou que apoia o Projeto de Lei 3.729/2004, da Câmara dos Deputados, por entender que a proposta promove a conservação do meio ambiente e assegura condições ao desenvolvimento econômico.

Para 56,3% dos entrevistados o licenciamento atrasa o desenvolvimento econômico da região em que atuam.

A consulta ouviu 583 pessoas entre empresários e representantes da indústria, dos quais 87% disseram necessitar do processo de licenciamento para executar suas atividades. Desses, 63,7% já finalizaram o processo, sendo que 73,3% nos últimos cinco anos. (Agência Brasil)

Juros do rotativo subiram em outubro

Os juros do rotativo do cartão de crédito subiram em outubro, enquanto outras modalidades de crédito para as famílias apresentaram retração, de acordo com dados divulgados, na quarta-feira (27), pelo Banco Central (BC).

A taxa média do rotativo do cartão de crédito subiu 9,4 pontos percentuais em relação a setembro, chegando a 317,2% ao ano. A taxa média é formada com base nos dados de consumidores adimplentes e inadimplentes.

No caso do cliente adimplente, que paga pelo menos o valor mínimo da fatura do cartão em dia, a taxa chegou a 285,4% ao ano em outubro, queda de 4,8 pontos percentuais em relação a setembro. Já a taxa cobrada dos clientes que não pagaram ou atrasaram o pagamento mínimo da fatura (rotativo não regular) os juros subiram 18,5 pontos percentuais, indo para 338% ao ano.

O rotativo é o crédito tomado pelo consumidor quando paga menos que o valor integral da fatura do cartão. O crédito rotativo dura 30 dias. Após esse prazo, as instituições financeiras parcelam a dívida.

O chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, destacou que o rotativo do cartão deve ser evitado. "É uma modalidade para recursos emergenciais quando o planejamento financeiro não deu certo ou deve surpresa desfavorável e

deve se buscar sair dela o mais rapidamente possível", disse.

Ele explicou que os juros do rotativo subiram porque um banco e uma financeira elevaram as taxas, em outubro, o que elevou a média.

Em 2018, o Conselho Monetário Nacional definiu que clientes inadimplentes no rotativo do cartão de crédito passem a pagar a mesma taxa de juros dos consumidores regulares. Mesmo assim, a taxa final cobrada de adimplentes e inadimplentes não será igual porque os bancos podem acrescentar à cobrança os juros pelo atraso e multa.

Na modalidade de parcelamento das compras pelo cartão de crédito, a taxa chegou a 179,7% ao ano em outubro, com aumento de 1,5 ponto percentual.

Cheque especial
A taxa de juros do cheque especial caiu 1,7 ponto percentual em outubro, comparada a agosto, e chegou a 305,9% ao ano.

Apesar de estar menor, a taxa do cheque especial está entre as modalidades de crédito mais caras para as famílias e a recomendação do BC é que só seja usado em situações emergenciais.

No ano passado, os bancos anunciaram uma medida de autorregulamentação do cheque especial. Com as novas regras, os correntistas que utilizam mais de 15% do limite do cheque durante 30 dias consecutivos passaram a receber a oferta de um

parcelamento, com taxa de juros menores que a do cheque especial definida pela instituição financeira.

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, tem dito que redimensionará o cheque especial, considerado muito regressivo, ou seja, tem peso maior de juros sobre quem tem menor renda.

Crédito pessoal
A taxa de juros do crédito pessoal não consignado caiu para 99,1% ao ano em outubro, com recuo de 13,8 pontos percentuais em relação a setembro. A taxa do crédito consignado (com desconto em folha de pagamento) recuou 0,5 ponto percentual, indo para 20,9% ao ano no mês passado.

De acordo com o BC, a taxa média de juros para pessoa física caiu 1,6 ponto percentual em outubro, chegando a 49,7% ao ano. A taxa média das empresas ficou em 17,6% ao ano, queda de 0,2 ponto percentual.

Inadimplência
A inadimplência do crédito, consideradas atrasos acima de 90 dias, para pessoas físicas ficou estável em 5%. Entre pessoas jurídicas a inadimplência permaneceu em 2,5% em outubro.

Esses dados são do crédito livre, em que os bancos têm autonomia para emprestar o dinheiro captado no mercado e

definir as taxas de juros cobradas dos clientes.

No caso do crédito direcionado pelo governo, destinados, basicamente, aos setores habitacional, rural, de infraestrutura e ao microcrédito) os juros para as pessoas físicas caiu 0,1 ponto percentual para 7,6% ao ano. A taxa cobrada das empresas caiu 0,4 ponto percentual para 8% ao ano.

A inadimplência das pessoas físicas no crédito direcionado permaneceu em 1,8% e a das empresas caiu 0,1 ponto percentual para 1,9%.

Saldo dos empréstimos
Em outubro, o estoque de todos os empréstimos concedidos pelos bancos ficou em R\$ 3,372 trilhões, com expansão de 0,3% em relação a setembro, de 3,5% no ano e de 6,3% em 12 meses. A expansão em 12 meses é a maior desde dezembro de 2015, quando chegou a 7%.

"Depois [de atingir 7% de crescimento], o crédito gradualmente passou para o terreno negativo, se recuperou e agora tem acelerado", disse acrescentando que isso ocorre "devido ao desempenho do crédito livre", disse Rocha.

Esse saldo do crédito corresponde a 47,6% de tudo o que o país produz - o Produto Interno Bruto (PIB) -, estável em relação a setembro. (Agência Brasil)

Tecnologia e ciência devem pautar agricultura, diz ex-ministro

O Instituto Fórum do Futuro reúne nesta semana, em Brasília, um grupo de acadêmicos, formuladores, gestores públicos e privados com o objetivo de debater propostas para o desenvolvimento sustentável da agricultura no país, no Seminário Alimento e Sociedade. O instituto é presidido pelo ex-ministro da Agricultura, Abastecimento e Pesca, Paulo Sérgio Pinheiro, um dos responsáveis pelo processo de modernização da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) na década de 1970. Em entrevista à Agência Brasil, Paulinelli defendeu amplo estudo dos biomas brasileiros para nortear limites de uso no presente e no futuro.

"Esse esforço é no sentido de fazer com que o Brasil conheça os seus biomas, os seus limites de uso, para definir bem o que pode e o que não deve ser usado, qual a tecnologia que garante a manutenção dos recursos naturais e, logicamente, a sua estabilidade ecológica. Quem vem primeiro é a ciência e tecnologia", afirma.

O evento é de participação gratuita e será realizado nesta quinta-feira (28), no Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), na capital federal. Está prevista a presença de ex-ministros, além de representantes da Embrapa, de universidades públicas e

do setor empresarial. A ministra Tereza Cristina (Agricultura) é uma das presenças aguardadas para o painel de abertura. A programação do evento prevê debates sobre questões como a pesquisa agroalimentar, o uso de agrotóxicos, controle biológico, a água, o desperdício de alimentos, a biotecnologia, entre outros.

Um dos destaques do seminário é a apresentação de resultados do projeto-piloto Biomas Tropicais, desenvolvido pelo Fórum do Futuro, para analisar possibilidades e limites de uso dos recursos naturais. A primeira etapa foi concluída a partir de uma pesquisa no cerrado e o ins-

tituto pretende fazer parceria com entes públicos e privados para expandir a pesquisa aos demais biomas brasileiros.

"Quando pensamos em fazer esse estudo, foi pensando em fazê-lo em rede, por meio de co-working, trazendo cientistas, e trabalhar nesse foco de usar um recurso natural conhecendo seus limites e, principalmente, nas tecnologias que permitem mexer nesse recurso com garantia de sustentabilidade", afirma Paulinelli.

A programação completa do Seminário Alimento e Sociedade está disponível no site do Fórum do Futuro. (Agência Brasil)

INTERNACIONAL

Chile segue com jornadas violentas e Piñera faz reunião de emergência

O presidente do Chile Sebastián Piñera fez na quarta-feira (27) uma reunião de emergência na tentativa de frear ondas violentas que algumas cidades do país têm vivido, principalmente a capital, Santiago. Piñera pediu ao parlamento que aprove iniciativas para reprimir atos de vandalismo e fortalecer a polícia.

Os projetos fazem parte da chamada "agenda de segurança". Na terça-feira(26) foi de mais uma jornada de violência no Chile, com barricadas, incêndios, saques de lojas e bloqueios de estradas.

O presidente disse que "ontem o país viveu mais um triste dia de destruição, que causou angústia e medo aos chilenos".

Além da capital, Santiago, as cidades de Tarapacá, Valparaíso e Biobío também registraram manifestações violentas ontem, com ônibus e supermercados incendiados e lojas saqueadas. Segundo o governo chileno, os carabinieri, a polícia chilena, trabalhou durante todo o dia na tentativa de reestabelecer a ordem pública.

Situação extremamente crítica

O ministro da Defesa do Chile, Alberto Espina, afirmou que a onda de violência que o país enfrenta há 40 dias é extremamente crítica e que deixou os "policiais absolutamente sobrecarregados e exaustos".

Espina disse ainda que "os grupos anarquistas coordenados agem de maneira sistemática em conjunto com grupos de narcotraficantes" e que "isso pode acabar de uma maneira extraordinariamente séria para o país, se a sociedade civil, ao perceber que o Estado não é capaz de proteger seus direitos, decidir sair em legítima defesa. Isso ninguém quer, porque significa que o Estado de Direito está profundamente enfraquecido".

Há 40 dias o país enfrenta protestos e marchas nas ruas. Foram registradas pelo menos 23 mortes, quase 3 mil civis feridos e mais de 200 pessoas que perderam ou tiveram a visão afetada devido a ferimentos por bala de borracha. Mais de 2 mil policiais foram feridos.

Para Piñera, o mais importante agora é que o Congresso aprove rapidamente quatro projetos da agenda de segurança para conter a violência: a lei anti-capuz, a lei anti-convulsão, a lei anti-barricada e a proteção da infraestrutura crítica do país por membros das Forças Armadas.

"Esses projetos são absolutamente urgentes e necessários. O Chile e os chilenos precisam de melhores ferramentas para combater essa violência criminosa que conhecemos nas últimas semanas. É por isso que esses projetos que estão no Congresso devem ser transformados, em questão de dias, em leis da República", afirmou o presidente.

Piñera disse ainda que "a violência significou perdas dolorosas de vidas humanas e muitas pessoas feridas. A violência está destruindo sonhos e projetos de vida para muitas pessoas e empresários em nosso país".

Agenda de segurança

Entre as propostas de Piñera estão o projeto de lei anti-robos, que endurece as sanções contra os crimes de roubo cometidos em manifestações ou situações de calamidades públicas ou de alterações da ordem pública.

Outra medida é uma lei para punir com mais rigor o delito de desordens públicas, quando a pessoa que o comete oculta o rosto com máscaras ou qualquer outro instrumento que não a permita ser identificada. Há também uma lei que combate o uso de barricadas e outros elementos que dificultem a livre circulação de pessoas e veículos.

Além disso, o presidente quer modernizar a polícia e estabelecer um estatuto de proteção para as forças policiais e de segurança, que "regulará mais fortemente os números ou ataques prejudiciais cometidos contra a polícia, quando esses atos são cometidos contra funcionários por causa de sua posição ou no exercício de suas funções". (Agência Brasil) Outros pontos que o comitê pretende discutir com Duque são a reforma trabalhista; a privatização de entidades estatais; os assassinatos sistemáticos de líderes sociais e indígenas; o descumprimento dos acordos feitos com organizações sociais, indígenas, de mulheres e estudantes, e o descumprimento de acordos de proteção ambiental. O comitê também reclama abuso e uso excessivo da força por parte da polícia. (Agência Brasil)

Petrobras reajusta preço da gasolina em 4% nas refinarias

A Petrobras reajustou na quarta-feira (27) o preço da gasolina em 4% em suas refinarias. Na semana passada, a empresa já havia aumentado o preço do combustível em 2,8%. Não houve reajuste no preço do óleo diesel.

O aumento vale para o combustível vendido nas refinarias para os distribuidores, ou seja, os postos de gasolina. O valor final que o motorista pagará para abastecer o carro dependerá de cada posto. (Agência Brasil)

Unicef: mortalidade infantil tem redução histórica no Brasil

Salles cobrará de países ricos compensação por preservação ambiental

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, antecipou na quarta-feira (27) que, durante a próxima Conferência Internacional sobre Mudança Climática (COP25), o Brasil voltará a cobrar dos países desenvolvidos compensação ao Brasil pela preservação da flora e da fauna existentes no território brasileiro.

Considerando um dos mais importantes eventos globais sobre o clima, a conferência, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) será em Madri, entre os dias 2 e 13 de dezembro. Salles deve viajar no próximo dia 30 para Madri.

"Nossa missão na COP será fazer valer a promessa dos países ricos para com os países em desenvolvimento de prover recursos no montante necessário e suficiente para remunerar pelo trabalho que o Brasil já faz", declarou o ministro ao participar, hoje, de audiência pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados.

A jornalista, o ministro disse que uma de suas prioridades é o debate em torno da regulamentação do Artigo 6 do Acordo de Paris, adotado ao fim da 21ª Conferência das Partes (COP 21) para fortalecer a resposta global à ameaça das mudanças climáticas e reforçar a capacidade dos países para lidar com os impactos decorrentes dessas mudanças. A regulamentação do Artigo 6, que o ministro afirmou ser da maior importância para os países em desenvolvimento por tratar da "monetização" - esta beetle que os países em desenvolvimento devem receber uma "ajuda" financeira para custear as ações de mitigação das emissões de gases de efeito estufa e de promoção do desenvolvimento sustentável.

"Temos muita coisa para mostrar na parte da agricultura, de energia renovável, reciclagem... É, por outro lado, esperamos receber, finalmente, a sinalização de que recursos vultuosos para os países em desenvolvimento se concretizem já a partir do ano que vem", acrescentou o ministro, lembrando que, quando foi realizado o Acordo de Paris, em 2015, falava-se na disponibilização de cerca de US\$ 100 bilhões por ano. Segundo o ministro, esse seria o montante que os países desenvolvidos repassariam aos em desenvolvimento a título de compensação financeira.

"O Brasil, que é, certamente, dos países em desenvolvimento, o que mais faz pela preservação do meio ambiente, que tem a maior floresta tropical, o Código Florestal e uma série de práticas já consolidadas, certamente tem a maior legitimidade para pleitear uma boa parcela destes US\$ 100 bilhões. Nosso trabalho é criar um mecanismo jurídico no âmbito do Acordo de Paris e na legislação nacional para que

este recurso já comece a fluir para o país já no ano que vem", argumentou o ministro.

Na audiência, Salles apontou o que considera ser o principal desafio de sua pasta. "Em primeiro lugar, a regularização fundiária. Resolvida essa questão, [precisamos] fazer o zoneamento econômico ecológico para identificar as potencialidades, os pontos mais sensíveis e onde pode haver produção, infraestrutura. [É preciso viabilizar o] pagamento por serviços ambientais e, finalmente, trazer dinheiro para o Brasil, mas na proporção que o país precisa e merece, e não pequenos valores simbólicos", afirmou Salles. Ele enfatizou que o Brasil merece ser recompensado pelo "bom serviço de conservação" que presta ao mundo e disse tais recursos, quando tirados do papel, devem chegar aos produtores rurais que mantêm parte da vegetação e dos recursos naturais de suas propriedades intocadas, conforme determina a legislação ambiental brasileira.

"Não vamos passar a fazer isso [preservar] a partir da COP em Madri. Nós já temos reservas legais na Mata Atlântica, no Cerrado, na Amazônia, em todo o país. E o produtor rural, que tem parte da sua propriedade congelada por uma norma que impõe esta reserva legal, precisa e merece ser remunerado por isto", acrescentou o ministro.

Salles disse que o dinheiro para compensar a preservação ambiental sobre o qual tanto se fala nos fóruns globais não tem beneficiado o produtor rural. "Se é que há dinheiro fluindo, ele tem parado em outro lugar", ressaltou o ministro. "Temos que fazer com que esses recursos cheguem às mãos dos produtores rurais e de outros participantes da preservação ambiental, como comunidades ribeirinhas e povos tradicionais. E isso pode ser feito de diversas formas. Desde projetos de investimento, até pagamentos por serviços ambientais, créditos de carbono, projetos de Redd [Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, do inglês Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation], que entendemos que devem ser contemplados também para a preservação de florestas", detalhou o ministro.

Ele destacou ainda a pouca atenção dada aos problemas ambientais urbanos. "O problema ambiental brasileiro está nas cidades, não no campo. Orienta por cento da população brasileira vive em cidades sem saneamento, sem coleta e tratamento de lixo, sem uma política de qualidade do ar adequada. É preciso olhar onde estão efetivamente os problemas, não é o problema. Pode até ter alguns problemas localizados, mas como um todo, como um setor produtivo, certamente não é um problema", acrescentou Salles. (Agência Brasil)

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) promoveu na quarta-feira (27) sessão, na Assembleia Legislativa de São Paulo, para marcar os 30 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança. O órgão produziu um relatório que confere ao Brasil reconhecimento por ter melhorado, ao longo dos anos, índices como o da mortalidade, do trabalho infantil, além da exclusão escolar.

Conforme o Unicef, de 1990 a 2017 registrou-se "redução histórica" no total de mortes de crianças menores de um ano de idade. No período, a taxa nacional caiu de 47,1 para 13,4 a cada 1 mil nascidos vivos. Além disso, entre 1996 e 2017, 827 mil vidas foram salvas.

As ações de mitigação articuladas pelos governos tiveram efeitos de âmbito nacional, causando impacto também em São Paulo. No estado, a redução do índice foi de 22,5 para 10,9, de 1996 para 2017, quando 103 mil vidas de bebês foram salvas.

A queda nos índices de cobertura vacinal, advertiu o Unicef, tem sido porta de entrada para doenças que eram, até recentemente, consideradas erradicadas, como o sarampo. "Em 2016, a mortalidade infantil subiu pela primeira vez em mais de 20 anos e ainda não voltou aos patamares de 2015, acendendo um sinal de alerta. No total, 42 mil crianças menores de 5 anos ainda morrem por ano no Brasil", informa o fundo da ONU no relatório.

A representante do Unicef no Brasil, Florence Bauer, afirma

que o país deve consolidar os avanços já conquistados até agora, voltando a atenção para a primeira infância e a adolescência. "Os indicadores, em sua maioria, são piores no Nordeste e no Norte do país. E piores entre as populações indígena, parda e negra", diz.

Florence exemplifica seu argumento comentando que não basta manter escolas, mas também garantir que todos possam chegar a elas, em especial as crianças em situação de vulnerabilidade social. "Por isso é que é preciso que as políticas, mais do que nunca, tenham um enfoque de equidade, não sendo suficiente dar as mesmas oportunidades para todos. O que a gente precisa é de políticas que permitam que qualquer criança e adolescente tenha acesso a essas mesmas oportunidades. Por exemplo, não é suficiente que uma escola exista, porque tem uma parte da população que tem que ir atrás, não vai ter oportunidade de chegar".

A mandatária comenta que a contribuição da convenção consiste em fortalecer a noção de que os direitos das crianças e dos adolescentes são "inegociáveis e indisociáveis". Única instituição citada nominalmente no tratado, o Unicef, relata Florence, é conclamando os presidentes dos países signatários a "reafirmar o compromisso" com os princípios ali colocados.

Índice de violência

A alta incidência de homicídios de adolescentes é outro ponto abordado no documento.

O Unicef destaca que, entre 1990 e 2007, o total de ocorrências dessa natureza mais do que dobrou.

"De 1996 a 2017, 191 mil crianças e adolescentes de 10 a 19 anos foram vítimas de homicídio", informam os autores do relatório, acrescentando que, a cada dia, em média, 32 meninas e meninos dessa faixa de idade são assassinados.

Nos municípios paulistas, somente na década encerrada em 2017, destaca o documento do Unicef, 8.200 crianças e jovens nessa faixa etária foram assassinados. A taxa chegou a ser de 9,7 homicídios por 100 mil habitantes, há dois anos. A estimativa é que mais de 1 milhão de menores de idade vivam em áreas afetadas pela violência armada na cidade de São Paulo.

Sala de aula

Outro aspecto mostrado no relatório é o acesso de crianças e adolescentes à educação. Na avaliação do Unicef, o país "conseguiu avançar consideravelmente" nessa área.

"Em 1990, quase 20% das crianças de 7 a 14 anos (idade obrigatória na época) estavam fora da escola. Em 2009, a escolaridade obrigatória foi ampliada para a faixa de 4 a 17 anos. E, em 2017, 4,7% das crianças e adolescentes de 4 a 17 anos estavam fora da escola".

Os especialistas do Unicef ponderam que, embora o índice de exclusão escolar tenha diminuído significativamente, o país ainda não atingiu a universalização do ensino. Ao todo, quase 2

milhões de meninas e meninos estão fora da escola.

"Em São Paulo, 13% das crianças e adolescentes estavam fora da escola em 1996. Em 2018, eram 3,9%, o que representa 330 mil meninas e meninos. Há ainda aqueles que estão na escola sem aprender. A adolescência é a fase da vida mais afetada com a distorção idade-sexo no país: 14,9% dos estudantes do ensino médio e 12,5% nos anos finais do fundamental estão dois ou mais anos atrasados, totalizando 6,5 milhões de meninas e meninos. Em São Paulo, são 556.515 crianças e adolescentes", completa o órgão.

Imigrantes e saúde mental

Para o Unicef, outro ponto que deve integrar a agenda das autoridades preocupadas com a garantia dos direitos de crianças e adolescentes refere-se a acolhida de refugiados. Dos cerca de 200 mil venezuelanos que ingressaram no país até julho, 30% eram menores de idade. O estado é o segundo com maior volume de pedidos de refúgio, concentrando mais de 10% do total.

O tema suicídio também figura no relatório do Unicef como uma das questões contemporâneas que requerem atenção. "Nos últimos 10 anos, os suicídios de crianças e adolescentes vêm aumentando no Brasil. Eles passaram de 714, em 2007, para 1.047, em 2017. No estado de São Paulo houve aumento de 53% no número de casos, saltando de 98, em 2007, para 150 em 2017". (Agência Brasil)

Brasil vai manter relação pragmática com Argentina, diz Bolsonaro

O presidente Jair Bolsonaro disse na quarta-feira (27) que o Brasil vai manter uma relação pragmática com o governo do presidente eleito da Argentina, Alberto Fernández. "Nosso relacionamento com a Argentina vai ser pragmático sim, temos bom relacionamento comercial, no que depender de mim continuará", disse Bolsonaro durante entrevista a jornalistas, em Manaus (AM).

Fernández venceu as eleições pela coalizão de esquerda Frente de Todos e sua vice é a senadora Cristina Kirchner, ex-presidente do país. Bolsonaro é crítico do kirchnerismo e apoiou a reeleição do presidente Mauricio Macri, derrotado nas urnas nas eleições realizadas em outubro no país vizinho.

A posse do novo governo será em 10 de dezembro, em Buenos Aires, e Bolsonaro já designou o Ministro da Cidadania, Osmar Terra, para representá-lo na cerimônia.

Na segunda-feira (25), Bolsonaro já havia dito que espera

que os acertos feitos pelo governo da Argentina, no âmbito do Mercosul, sejam mantidos por Fernández, como o acordo de livre comércio com a União Europeia, que ainda precisa ser ratificado pelos países membros do bloco. Nos dias 4 e 5 de dezembro, será a última cúpula do ano dos chefes de Estado do Mercosul e a reunião do Conselho do Mercado Comum. Na ocasião, a Argentina ainda será representada por Mauricio Macri.

Amazônia

O presidente Bolsonaro esteve, nesta quarta-feira, na capital amazense para participar da abertura da 1ª Feira de Sustentabilidade do Polo Industrial de Manaus. Iniciativa da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e do Instituto de Inteligência Socioambiental Estratégica da Amazônia (Piatam), o objetivo do evento é mostrar a importância do polo para o desenvolvimento sustentável da floresta amazônica.

O evento vai até sexta (29) e conta com 130 stands para visitação, além de uma programação de palestras nas áreas de economia, negócios e sustentabilidade. A expectativa dos organizadores é atrair cerca de 40 mil pessoas nos três dias de evento.

Durante seu discurso, Bolsonaro voltou a citar a "cobija" de países estrangeiros nas riquezas da região. "Estamos aqui no pedaço de terra mais rico do mundo em minerais, mas que é atrair cerca de 40 milhões de pessoas nos três dias de evento".

O presidente também defendeu novamente a abertura de áreas indígenas para a produção agrícola e a exploração mineral. "Quanto dentre vocês aqui são descendentes de índios, porque parecem-lhes os espelhos dentro de uma terra onde você não pos-

so fazer nada sobre ela? Eu quero, no que depender de mim e do nosso parlamento, nós queremos o índio fazendo dentro da sua terra exatamente o que o fazendeiro faz ao lado, possa inclusive garimpar", disse Bolsonaro.

Por diversas vezes, o presidente já afirmou que o governo prepara um projeto para legalizar o garimpo no país, inclusive em terras indígenas. O Artigo 231 da Constituição Federal condiciona atividades minerárias no território indígena à prévia autorização do Congresso Nacional e à concordância da população indígena que vive no território. Pela Constituição, as reservas tradicionais demarcadas são de "usufruto exclusivo" dos indígenas, incluindo as riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

Depois da cerimônia, Bolsonaro embarcou para Altamira, no Pará, onde participou da cerimônia de inauguração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. (Agência Brasil)

Segunda instância condena Lula a 17 anos de prisão em caso de sítio

A 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) decidiu na quarta-feira (27), por unanimidade, confirmar a condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no caso do sítio frequentado por ele no município de Aibaíba, interior de São Paulo.

Os três desembargadores da 8ª Turma decidiram ainda aumentar a pena de 12 anos e 11 meses para 17 anos, 1 mês e 10 dias de prisão pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. Para isso, atenderam a um apelo do Ministério Público Federal (MPF), que alegava o agravante de Lula ter praticado crimes enquanto era presidente.

A defesa de Lula ainda pode apresentar embargos de declaração ao tribunal, um tipo de recurso que não prevê mudança no resultado do julgamento. Ainda é possível encontrar recursos no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo sobreto da declaração de nulidades processuais, erro em atos processuais que podem provocar a anulação parcial ou total do processo. No entanto, nessas instâncias superiores, não há previsão do reexame de provas.

"Infelizmente a responsabilidade do ex-presidente Lula é bas-

tante elevada. Ele ocupava o cargo de máxima autoridade da nação brasileira, haveria a expectativa de que se comportasse com a conformidade do direito, e mais, que cobrisse licitudes", disse o relator em seu voto. O desembargador João Pedro Gebran Neto.

É a segunda vez que o TRF4, cuja sede fica em Porto Alegre, confirma uma condenação de Lula no âmbito da Lava Jato. A primeira foi no caso do tripleix do Guarujá. O relator foi acompanhado integralmente pelos outros dois desembargadores que compõem a 8ª Turma do TRF4: Leandro Paulsen e Thompson Flores.

"É algo estereotipado, porque o que se esperar de quem assume tal cargo é uma conduta correta, é uma conduta exemplar, uma conduta de quem serve o país, e não de quem se serve dele", disse Paulsen durante o julgamento.

Gebran também foi integralmente acompanhado por Paulsen e Flores na rejeição de diversas questões preliminares com as quais a defesa de Lula buscava anular a condenação. Entre os pontos questionados pelos advogados estava a ordem de apresentação de alegações finais no caso e a suspeição de magistrados e procuradores.

Em seu voto, Gebran elogiou

a sentença proferida em primeira instância pela juíza substituta Gabriela Hardt, da 13ª Vara Federal de Curitiba, no caso do sítio. A magistrada "fez um minucioso trabalho de exame de fatos, provas e das questões jurídicas", disse o desembargador.

O tribunal também manteve a condenação de outros réus, entre eles os executivos Emílio Odebrecht e Marcelo Odebrecht, embora estes tenham sua pena susb-pensa por ter firmado declaração premiada. Léo Pinheiro, ex-presidente da empreiteira OAS, também teve sua condenação confirmada.

Já o advogado Roberto Teixeira, que é amigo e prestou serviços a Lula, teve sua condenação inicial revertida, sendo absolvido pelo desembargador de seu envolvimento no caso.

Além de diversas nulidades processuais, o desembargador Cristiano Zanin, voltou a afirmar em sua sustentação oral que o MPF não provou nenhum crime cometido pelo ex-presidente, já que não conseguiu ligar a retomada do sítio a nenhum ato de ofício praticado por ele.

Lula é réu em outras quatro ações penais, que tramitam tanto no Paraná como em Brasília, nas quais é acusado de crimes como

tráfico de influência, organização criminosa, lavagem de dinheiro e corrupção.

Dentre as ações penais às quais Lula responde, está a que envolve a compra de um terreno para a construção do Instituto Lula, em São Paulo. Neste caso, a instrução processual já foi concluída e também entregues as alegações finais, restando apenas a sentença do juiz.

Lula ficou preso por 580 dias, até 8 de novembro, em decorrência da confirmação, pelo TRF4, de sua condenação por corrupção e lavagem de dinheiro no caso do tripleix no Guarujá (SP). O ex-presidente foi libertado ao ser beneficiado por uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que neste mês decidiu que o cumprimento de pena só deve começar após esgotados todos os recursos cabíveis.

No caso do tripleix, Lula possui recursos pendentes de julgamento no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e também no próprio Supremo. Apesar de solto, Lula ainda se enquadra nas regras de ineligibilidade da Lei da Ficha Limpa, que não permite candidatura de réus condenados por órgão colegiado, como é a segunda instância da Justiça Federal. (Agência Brasil)

CADA DIA PICAZO



ESPAÇO LONGEVIDADE VAI LEVAR ATIVIDADES ESPECIAIS PARA PESSOAS IDOSAS EM 10 ESPAÇOS EM TODAS AS REGIÕES DA CIDADE

www.jornalodiassp.com.br

